

PROPOSIÇÕES GERAIS DE TERRITÓRIO E OS PROFESSORES SURDOS

GENERAL TERRITORY PROPOSITIONS AND DEAF TEACHERS



Adriano de Oliveira Gianotto

 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1651-5132>
 E-mail: adriano.gianotto@ufms.br

Heitor Romero Marques

 Universidade Católica Dom Bosco
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0093-1617>
 E-mail: heiroma@ucdb.br

Resumo: O artigo apresenta uma discussão sobre a realidade das proposições gerais de território. Focaliza uma teorização sobre a constituição de professores surdos. Para essa realização, recupera conceitos sobre território, territorialização, lugares, contribuições de cada abordagem para a análise, mobilidade, para defender a situacional de professores Surdos. Trabalha conceitos de territorialização, para defender o Professor Surdo. O texto explicita a significação como eles foram/são, historicamente, marginalizados. O trabalho aponta caminhos para uma análise de contextos de ação de professores surdos.

Palavras-chaves: Proposições; Territórios; Professores surdos.

Abstract: The article presents a discussion about the reality of general territorial propositions. It focuses on theorization about the constitution of deaf teachers. To achieve this, it recovers concepts about territory, territorialization, places, contributions of each approach to analysis, mobility, to defend the situation of Deaf teachers. It works on concepts of territorialization, to defend the Deaf Teacher. The text explains the significance of how they were/are, historically, marginalized. The work points out ways to analyze the contexts of action of deaf teachers.

Keywords: Propositions; Territories; Deaf teachers

1. INTRODUÇÃO

Desvendaremos o entendimento que são feitos sobre as proposições gerais de território e os professores surdos para, a partir daí, ajustarmos com o ideário de território, no tocante ao lugar/espaco escolar. Em termos de estado da arte serviu de base para este trabalho o pensamento do geógrafo, Milton Santos¹ e de Rogério Haesbaert².

¹ SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. - (Coleção Milton Santos; 7).

² COSIA, Rogério Haesbaert da. **Por amor aos lugares**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

O artigo se organiza como uma discussão teórica sobre a realidade das proposições gerais de território no contexto atual. Para essa realização, recupera conceitos sobre território, territorialização lugares, contribuições de cada abordagem para a análise, mobilidade, para defender a situacional de professores surdos, mediante a realização de pesquisa de abordagem qualitativa do tipo revisão bibliográfica. Além disso, lança mão dos conceitos de territorialização, para defender a Identidade do Professor Surdo não como modulações, mas em constatação, enquanto categoria de professores surdos para a legitimidade pelo trabalho educativo. O trabalho explicita o papel da constituição desses Indivíduos/Sujeitos por meio dos aparatos de significação e seus impactos nas formas como eles foram/são, historicamente, marginalizados. Por isso este trabalho aponta caminhos para uma análise de contextos de ação de professores surdos e das formas como suas práticas poderão ser interpretadas

2. ENTENDIMENTOS INICIAIS SOBRE O TERRITÓRIO

Em nossas leituras encontramos diversas explicações sobre território, porém, como a preocupação está em alavancar em refinamento analítico, em âmbito mais amplo nos serviremos das explicações de Milton Santos e Silveira³ em consonância com as relações sociais para entendermos em que consistem suas indagações e/ou afirmações sobre essa temática.

Quando Milton Santos⁴ trata sobre as vozes dos lugares, está descontextualizando e extirpando aprendizados indispensáveis à presença de novos atores e conjuntos de ideias na elucidação do futuro almejado em lugar e saber que visem a territorialidade cidadã, são resistentes à alienação territorial originada da apropriação antidemocrática de recursos. Portanto, para ele não há porque se preocupar em discussões se primeiro vem o espaço e depois o território, mas é preciso levar em conta que a presença e as ações, dos indivíduos/sujeitos, indicam como este território é usado, onde, por quem, por que e para que. Deste modo, podemos redescobrir o território, em cada contexto, pela busca de sentido pelas intencionalidades em cada sociedade.

Buscamos aprender a constituição do território, a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades. Daí falarmos em divisão territorial do trabalho, e em círculo de cooperação, o que, ao mesmo tempo, permite pensar o território

³ SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2013.

⁴ SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. - (Coleção Milton Santos; 7).

como ator e não apenas como um palco, isto é, o território no seu papel ativo⁵.

Aqui, o conceito de território, no entender de Santos e Silveira⁶, reforça a ideia de “divisão territorial do trabalho” em extensão no modo em que é usado, a forma do uso, faz valer para novas reinterpretações e reconhecimento dos seus movimentos em conjunto e/ou em partes.

Pensar em território no modo da apropriação e do uso é também querer compreender o sentido de territorialidade, enquanto pertencimento, de construção de futuro em garantias aos homens nas suas relações. Em Santos e Silveira⁷, por território “entende-se geralmente a extensão apropriada e usada [...] essa ideia de territorialidade humana [...] pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem”.

Quando da constituição do território como o lugar de trocas e espaço da ação humana, “passadas e presentes”, Santos e Silveira⁸, chamam a nossa atenção para analisarmos como essa concepção de território é tratada em momento atual. Deste modo, necessário propormos questões centrais dos diversos momentos e processos em que faz parte a própria história humana, pois, o “território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual”⁹.

Precisamos entender que a constituição do território em paralelo à de sociedade, dependerá de uma formação, socioespacial, em que haja capacidade de agir das pessoas, das instituições representativas constituindo uma nova base social.

Por essa razão a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas, e o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação socioespacial. A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização.¹⁰

⁵ SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *Op. Cit* p. 11

⁶ SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *Op. Cit*

⁷ SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *Op. Cit.* p.19

⁸ SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *Op. Cit.*

⁹ SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *Op. Cit.* p.30

¹⁰ SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *Op. Cit.* p. 21

O território em si não é isolado, mas há compreensão quando consideramos a presença de atores nesse processo agindo para modificar sua própria realidade, constitui novas condições. Nesse horizonte, o território indica diferenças e contrastes por revelar a materialidade e a ação que leva a essa materialidade. Portanto, é “nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição”.¹¹

Consideramos que o território é a base material da sociedade sim, mas é também dinâmico, pois consiste em sujeitos que engendram convívios, por conseguinte, abrange questões relacionais por meio dos sujeitos com a base material. Neste sentido, Milton Santos¹² enfatiza que o “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”¹³.

Em uma sociedade, como a brasileira, quando o pensamento parcial e mutilado dos problemas urbanos e sociais induz certos comportamentos e relações sociais idealizados sob o aspecto do perfeito, acaba por anular tanto o saber quanto a própria cidadania. Consequentemente, prejudica tanto a afirmação de identidade quanto o sentimento de pertencimento.

Em vista do exposto Milton Santos¹⁴ tem a preocupação em compreender como se dá a relação do dinheiro e do território e como repercute na relação Estado/objeto/sujeito. Para esse amadurecimento de análise, as definições de seus significados são de extrema relevância para compreendermos que,

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise [...]. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe¹⁵.

Diante do exposto, devemos considerar o território como algo não vazio em si mesmo, mas como espaço de relações, de trocas, em identificação com o próprio pertencer, ou seja, identidade que faça sentido com o que é experimentado na mudança tanto do

¹¹ SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *Op. Cit.* p.22

¹² SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 9. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 1), p.13

¹³ *Id Ibidem* , p. 15.

¹⁴ SANTOS, Milton. *Op. cit.* 2017

¹⁵ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 9. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 1), p. 14

objeto quanto do sujeito, de modo que ressignifique as ações humanas ante a égide do Estado constituído.

Caso busquemos compreender, território, sob o aspecto das trocas materiais, em processo histórico, logo nos lembraremos do escambo, uma relação de troca que se dava em um território limitado com circulação apenas em seu próprio local. Em outras palavras, a maneira de se criar relações do homem, enquanto sujeito, com o objeto, em situações restritas e, até mesmo, nas relações sociais. Entretanto, tudo isso foi alterado em decorrência ao processo de mudança estrutural: social, cultural e econômica em que os valores foram alterados pela imposição de comércio, pela relação de trabalho e pelas condições em concepções monetárias e de Estado. Nesse sentido,

O dinheiro aparece em decorrência de uma vida econômica tornada complexa, quando o simples escambo já não basta e, ao longo do tempo, acaba se impondo como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio. O dinheiro pretende ser a medida do valor que é, desse modo, atribuído ao trabalho e aos seus resultados¹⁶.

Segundo Milton Santos¹⁷ o dinheiro começou sua trajetória como informação e como uma espécie de regulador. Daí termos a percepção da razão do uso à razão da troca valorada e simbolizada nas relações, cada vez mais, complexas, porque, quanto maior a complexidade das relações externas e internas, mais necessidades de regulação; e se levanta a necessidade de Estado: o Estado e os limites, o Estado e a produção, o Estado e a distribuição, o Estado e a garantia do trabalho, o Estado e a garantia da solidariedade e o Estado e a busca da excelência na existência.

Percebemos significativa alteração na “pureza” da relação de troca porque ela passou a ser regida pelo Estado em controle territorial, nacional, ou seja, o Estado Nacional. Neste sentido, aquilo que era em concepção micro passa a se tornar macro.

A circulação da técnica da informação ganha força e forma, criando fluidez na comunicação servindo de velocidade espantosa para alçar ou esquivar a realidade posta enquanto o dinheiro comanda as pessoas e determina o uso do/no território. Assim, dependendo do território, há, para alguns, desigualdades na atividade financeira, enquanto que, para outros, o próprio existir está em invisibilidade em condições humanas de oportunidades.

¹⁶ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 9. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 1),p.14

¹⁷ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 9. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 12017

A realidade é que muitas pessoas são escravizadas pela ditadura da informação e do mesmo modo pelo poder que o dinheiro engendrou para uso do território. No dizer de Milton Santos¹⁸, o dinheiro em estado puro nutre-se da informação impura, tornada possível quando imaginávamos que ela seria cristalina. Perdeu-se a sensibilidade da pureza em considerar o dinheiro em compartilhamento para as condições humanas. O Estado se apropria dessas condições quando, em sistema ideológico, apresenta regras-leis que, nem sempre, contemplam os interesses das classes menos favorecidas.

A lógica da competitividade tem repercutido nas práticas das condições materiais do homem gerando assim uma relação de poder que, por vezes, privilegia alguns enquanto impede e/ou minimiza ações de outros atores em garantir seus espaços no e pelo trabalho. Para Milton Santos¹⁹, em uma democracia, há necessidade de, cada vez mais, ampliar as participações e ações dos indivíduos/sujeitos em suas condições de trabalho para, deste modo, abrir espaços aos atores, dos territórios desertados, oferecerem suas respostas no combate ao poder egoística, pragmático e cego.

Esse poder que se preocupa com objetivos precisos, individualistas, egoísticos, pragmáticos é um poder cego, já que não olha ao redor. Mas escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter, e desertam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas²⁰.

O Estado, atrelado à concepção econômica das agências multilaterais que incorporam princípios economicistas, impõe regras sociais, políticas e econômicas de modo que estes procedimentos, sob o ideário da globalização, “produção sistemática do medo”, repercutem na realidade prática de forma perversa apresentando suas contradições.

[...] Hoje, sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo que é um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo em que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais²¹.

¹⁸ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 9. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 1),

¹⁹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 9. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 1), p.15

²⁰ SANTOS, Milton. *Op. cit.* 2017, p. 19

²¹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 9. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 1

Para Milton Santos²², a influência da “ditadura do dinheiro”, imposições de regras e regulações minimizando as ações humanas, impõe medo e instabilidade fazendo com que o território usado socialmente, perca seu caráter social.

3. TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO EM COSIA

Dos escritos de Cosia²³ (2017) iremos retomar a categoria território em suas variantes declinações para compreendermos como se efetiva a aplicabilidade prática, de ocupação e, em qual contexto se processa.

A nova ética, a nova política e o novo espaço que almejamos absolutamente não estão dados, mas começam sem dúvida a ser gestado e, embrionariamente, aparecem, aqui e ali, nas próprias alternativas de organização social e ordenação do território (captar e estimular essas alternativas é preciso).²⁴

Há inúmeras interpretações sobre a terminologia do território, mas a partir de agora, nosso refinamento será desenvolvido por meio das análises de Haesbaert²⁵ para entendermos como se estabelece o poder que impõe a identificação ou a apropriação do território e as representações, nele inseridas. No entender de Cosia²⁶:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de térreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Para Cosia²⁷ a ideia de território está muito ligada à ideia de poder. Porém, não apenas ao “poder político” porque, de um lado, temos dominação enquanto valor de troca, no tocante ao material, mas por outro lado, também temos o valor simbólico de apropriação das marcas do vivido, enquanto valor de uso.

No tocante ao “espaço-tempo vivido” é interessante observarmos que o território é sempre múltiplo. Portanto, bem diferente daquela lógica padrão do território como força em ordenação e sobreposição jurídica.

²² SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 9. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 1),

²³ COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017b

²⁴ COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017b, p.48

²⁵ COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017b

²⁶ COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017b

p.20

²⁷ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

Nesse sentido, o território está imerso tanto em relação à dominação e/ou quanto a apropriação da sociedade-espço. Por conseguinte, há neste contexto, desdobramento que vai além da dominação político-econômica, ou seja, um sentido mais concreto do território compreendendo a apropriação subjetiva e/ou “cultura-simbólica”.

Quando Cosia²⁸ faz sua análise sobre território, ele destaca que o grande problema na dinâmica da dominação, na ótica capitalista, está na acumulação. Acumulação esta que fez com que haja um sufocamento no âmbito da apropriação social-cultural de entendimento nas relações humanas que se estabelecem e se manifestam nesse território.

O espaço social e de relações aparecem de modo difuso. Neste sentido, as dinâmicas de territorialização nos permitem compreender as ações dos sujeitos hegemônicos (poder) e/ou hegemônicos (sujeitados), no exercício do poder ou na sujeição a ele, conforme a múltiplas manifestações que o compõem. A partir disso é que Cosia²⁹ vai nos chamar a atenção para dizer que,

Enquanto continuam dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja, etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (no caso da diferença de gênero, por exemplo).

Pela importância dessa abordagem e para melhor interpretação daqueles que acompanham o desenvolvimento da obra de Cosia³⁰, cabe-nos, aqui, distinguir os conceitos território/territorialidade. Para Cosia³¹, território diz respeito à presentificação dos indivíduos, grupos de pessoas sociais/culturais, instituições etc; que têm fenômeno de controle social. Enquanto, territorialidade, tem o seu processo nas variações culturais quando englobam outras dimensões de acordo com a forma e o sentido que, a ocupação, engendra no espaço em termos de significado e legitimidade.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está

²⁸ COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017b

²⁹ COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017b, p.22

³⁰ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

³¹ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar³².

Cosia³³ menciona, também, sobre território funcional e simbólico, que se manifesta na relação de poder nas suas funções de recursos naturais e materiais para a própria produção de significados. Deste modo, o território não está em si mesmo confinado para si, mas entrelaçado em diferentes combinações, seja funcional ou simbólica.

A matéria em recursos é uma conquista por meio de relações que satisfazem as necessidades humanas. No entanto, não fica somente em si, mas em função de ser, de forma vigorosa, carregada de identidades territoriais. No dizer de Cosia³⁴ “na identidade social também se configura uma identidade territorial, tendo em vista que, em mesmo espaço, as relações sociais são as que delimitam o território”.

A preocupação de Cosia³⁵, está em discernir sobre território, funcional e simbólico, para trazer o entendimento de que não há pureza de ambos, mas uma complementariedade ou entonações entre um e outro.

Enquanto “tipos ideias” eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça³⁶.

A definição e compreensão de análise de Cosia³⁷, de território e dominância “funcional”, trazem os seguintes aspectos: Processo de Dominação “Território da desigualdade”; Território “sem territorialidade” (empiricamente impossível); Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade); Território como recursos, valor de troca (controle físico, produção).

Por outro lado, o território de dominância “simbólica” está caracterizado pela seguinte forma: Processo de Apropriação: “Territórios das diferenças”; Territorialidade “sem território” (ex: “Terra Prometida” dos Judeus); Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades); Território como simbólico, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, “segurança afetiva”).

Oportunamente, devemos entender que não cabe a nós reduzir território apenas em materialidade, mas compreender que pelas representações é que vamos incorporando visão mais ampla como valor, assim em ótica de territorialidade é que temos uma forte

³² COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017bp. 22

³³ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

³⁴ COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017p.22

³⁵ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

³⁶ COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017bp. 23

³⁷ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

relação com o nosso espaço de vida entrelaçado nos aspectos culturais, políticos e econômicos.

É comum a análise, em teoria antiga que os conflitos existenciais sobre o território, estão atrelados a “ideologia do território” de um povo local ou pelo interesse próprio. Porém, se atualizarmos as concepções de território, podemos compreender de forma mais ampla, ou seja, a territorialidade, em um sentido simbólico para a construção efetiva. Assim, reinterpretemos sobre o território, ou deste território como construtores de identidades.

Em desconstrução/reconstrução da interpretação que se tem sobre território e territorialidade, podemos considerar isso como um jogo de análise, cujos territórios estão impregnados a um sentido funcional, de controle físico de processos, enquanto a territorialidade está em dimensão simbólica.

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas "algo abstrato", num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado - como no conhecido exemplo da "Terra Prometida" dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente³⁸.

Para compreensão esquematizada sobre territorialidade, Cosia³⁹, tem as seguintes concepções sintetizadas: a primeira trata da Territorialidade em um enfoque epistemológico no sentido de que a "abstração" em condição genérica (teórica) passa para a existência do território de modo concreto em compreensão; a segunda traz a Territorialidade em um sentido ontológico, a origem e essência da nomenclatura em sua materialidade (no sentido de controle físico de acesso por meio do espaço material), por outro lado como imaterialidade (no sentido do controle simbólico, por meio de uma identidade territorial ou "comunidade territorial imaginada").

Outra dimensão de análise é o "espaço vivido" (frente aos espaços - neste caso, 'territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade.

Realizando uma revisão teórica sobre as diversas formas com que a concepção de territorialidade foi proposta, podemos sintetizar através do seguinte elenco de posições: 1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: "abstração", condição genérica (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto) 2) Territorialidade num sentido mais ontológico: a. Como materialidade (ex. controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert

³⁸ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b, p. 25

³⁹ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

Sack) b. Como imaterialidade (ex. controle simbólico, através de uma identidade territorial ou "comunidade territorial imaginada") c. Como "espaço vivido" (frente aos espaços - neste caso, territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade⁴⁰.

Cosia⁴¹ considera ser oportuno mapear as distintas nomenclaturas, entendendo que território está no âmbito restrito e territorialidade como análise mais ampla. Alerta, também, que não podemos generalizar de modo a considerar "territorialidade sem território". Para ele, precisamos compreender em que situação ou contexto estamos nos referindo de modo a se ter melhor identificação de análise, seja de existência ou em dimensão simbólica ou "vívida" do território.

Conforme Cosia⁴² nos diz, precisamos perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Assim, compreenderemos como os processos para a territorialização, ou seja, de dominação e/ou de apropriação do espaço, variaram ao longo do tempo e dos espaços.

Em cada tempo, a seu modo, a sociedade interpretava o território de forma diferenciada, assim, a identificação como tempo-espaço que se estabelece dá garantia de que contexto está ou pode pertencer. Destarte, é preciso saber em que presentificação em território estamos nos referindo.

Para identificação, Cosia⁴³ enfatiza os momentos em que os indivíduos são manipulados em contenção de mobilidade que passa a ser "zonal" ou "de controle de áreas" (lógica típica do Estado-nação) para um "território-rede" ou "de controle de redes" (lógica típica das grandes empresas). Essas interpretações sobre a construção de território são fenômenos para discernirmos sobre o fluxo de pessoas/coisas.

Podemos, simplificadamente, falar em quatro grandes "fins" ou objetivos da territorialização, que podem ser acumulados e/ou distintamente valorizados ao longo do tempo: - abrigo físico, fonte de recursos materiais e/ou meio de produção; - identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria construção de fronteiras); - controle e/ou disciplinarização através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados, no caso do mundo moderno); - construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações)⁴⁴.

⁴⁰ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit* p. 25

⁴¹ COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017a

⁴² COSIA, Rogério Haesbarte da. *Op.cit*, 2017a

⁴³ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017a

⁴⁴ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit* , 2017bp. 28

Com base nessa multiplicidade territorial, em Cosia⁴⁵, identificamos a existência de múltiplos territórios, ou seja, a multiplicidade de territórios como condição, porém, não o suficiente para a consolidação da multiterritorialidade. Para isso, torna-se necessário rompermos com a concepção de fixidez e mobilidade. Destarte, sob a ótica capitalista, o território tende a seguir como o modelo próprio da lógica estatal, ou seja, “tradicional”, preocupada com o controle de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente definidas.

Em contraponto a esse controle, sob a ótica do capitalismo, é preciso considerarmos a dinâmica do espaço econômico e o modo como são organizados este espaço político. Ou seja, como, o econômico e o político, estão juntos dentro dessa interpretação em torno do território. Portanto, em diversidade territorial, devemos atentar para a hegemonia dos territórios-zona estatais que marcaram a grande colcha de retalho, política, pretensamente uniterritorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) para assim, recriar outro modo de viver ou conviver com novos circuitos de relações de poder que desenham complexas territorialidades.

A lógica zonal não só não desapareceu como é um constituinte indissociável das práticas sociais, na medida em que sempre existirão relações sociais (de poder) que irão requisitar o domínio de espaços contínuos e delimitados onde se "legisla" em nome de todos os integrantes desses espaços/territórios [...] inserindo-se, portanto, "naturalmente", dentro de dinâmicas sociais excludentes. A defesa de um "espaço de todos" (ou o "espaço banal" de Milton Santos), de um território efetivamente a serviço de processos crescentes de democratização, não pode nunca se restringir apenas à modalidade de territórios-rede⁴⁶.

O problema está posto quando os governantes se apropriam do poder para intensificar o controle sobre um determinado território sem compartilhamento qualitativo do sistema em seu fluxo. Isto se estabelece como uma maneira de expandir as relações de poder-controle, em outras esferas territoriais, em meio a acumulação de capital. Nessa direção é preciso compreender os “múltiplos territórios” no contexto capitalista, entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade. Por isso, necessitamos compreender também, a intensidade, as formas e o tipo de poder em que os sujeitos estão envolvidos.

Sobre o controle, do território, em termos de intensidade, Cosia⁴⁷ aponta que, dependendo do tipo (mais funcional ou mais simbólico, por exemplo) e dos sujeitos que o

⁴⁵ COSIA, Rogério Haesbaerte da. *Op.cit*, 2017b

⁴⁶ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017, b p.30-1

⁴⁷ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

promovem (a grande empresa, o Estado, grupos étnico-culturais, etc.), adquire níveis de intensidade os mais diversos.

Para aprofundar essa assertiva, Cosia⁴⁸ uma propositura no sentido de, conforme ele chama, “identificar múltiplos territórios” – ou melhor, “múltiplas territorializações”, através das seguintes modalidades”: a) Territorializações mais deterritorializante e destituidora de cidadania; b) Territorializações mais fechadas (uniterritoriais); c) Territorializações político-funcionais mais tradicionais; d) Territorializações mais flexíveis; e) Territorializações efetivamente múltiplas – uma "multiterritorialidade".

A realização da multiterritorialidade contemporânea, é evidente, envolve como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e territorialidades (incluindo territórios/territorialidades mais "híbridos"), [...]. A partir daí se desenham também diferenciações dentro da própria dinâmica de "multiterritorialização". Mesmo exigindo um desdobramento futuro, é necessário distinguir⁴⁹, por exemplo:[...] a combinação de "tempos espaciais" incorporada à multiterritorialidade - devendo-se discutir assim, também, de alguma forma, as implicações das múltiplas territorialidades acumuladas desigualmente ao longo do tempo (SANTOS, 1978) na construção da multiterritorialidade⁵⁰.

Deste modo vamos perceber, em Cosia⁵¹ que, o território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade. Esta multiplicidade está posta, tanto no sentido da convivência de "múltiplos" (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade.

Necessitamos, segundo o que diz Cosia⁵², trabalhar com a multiplicidade de nossas territorializações, ou não alcançaremos a transformação que almejamos. Para isso, devemos entender que pensar multiterritorialmente, significa pensar: múltiplos poderes (ou "governanças"); múltiplas identidades (em espaços culturalmente mais híbridos) e, múltiplas funções (a "multifuncionalidade" econômica).

Em que pese ser esta empreitada, um debate complexo, devemos entender que isso deve ser levado em consideração tanto pela importância histórica quanto em contribuição a uma nova concepção de sociedade, no dizer de Cosia⁵³: universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas. Portanto, à luz, do que está posto, pelo autor, se nos territórios-territorialidade, não se respeitar as diferenças, as

⁴⁸ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

⁴⁹ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017bp. 40

⁵⁰ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.citp.*, 2017b 41

⁵¹ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit* 2017b

⁵² COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

⁵³ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017b

relações dicotomizadas tendem a fragilizar o caráter cultural dos Indivíduos, em convivência e em legitimidade.

Nesse sentido, vamos perceber, o território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro), desde que, nestes territórios haja respeito a produção de relações de valores-interações por meio de trocas de convivências e experiências resignificadas, em aspectos culturais.

Nestas complexidades de indivíduos/sujeitos em tempos de diversidade, há de se questionar se as relações culturais, de fato, estão sendo compartilhadas e respeitadas. Destarte, é entender se o problema está em homogeneizar este espaço não admitindo a pluralidade de identidades e quais os poderes que divergem das propostas estabelecidas que, segundo Cosia⁵⁴, vão provocar essa desterritorialização–reterritorialização.

Falar não simplesmente em desterritorialização, mas em multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade⁵⁵.

Podemos avançar a discussão no sentido de compreendermos a existência de múltiplosterritórios e multiplasterritorialidades, para identificarmos os momentos em que a desterritorialização-reterritorialização, no dizer de Cosia⁵⁶, se confirmou. Nesse sentido vamos observar que em cada uma dessas esferas, temos múltiplos territórios, cada um, com sua especificidade de trajetória institucional, no modo como se organiza político-pedagogicamente.

Por fim, uma desterritorialização culturalista: percebida a partir de uma leitura do território como fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um “não lugar”. Estes “não territórios”, culturalmente falando, perdem o sedem o sentido/o valor de espaço aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares em que vivem, ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa facilidade⁵⁷.

Segundo Cosia⁵⁸, a desterritorialização culturalista, entendida, com base na interpretação de território como um espaço de afirmação cultural, trata da perda do sentido para aqueles que não mais se identificam com este espaço, seja de forma simbólica ou em termos de afetividade.

⁵⁴ COSIA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

⁵⁵ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit.*, 2016, p.18

⁵⁶ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit.* 2016

⁵⁷ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit.*, 2017b, p.138

⁵⁸ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit.*, 2017b

Há, portanto, “desenraizamento simbólico-territorial”⁵⁹, ou seja, há uma perda de identidade como afirmação ao determinado território. Porém, quando se trata de desterritorialização, no sentido do não pertencimento ou raiz de um determinado território, do não pertencimento de sentido e valor, haverá, neste caso, um desraizamento.

4. CONTRIBUIÇÕES DE CADA ABORDAGEM PARA A NOSSA ANÁLISE

Ainda predominam os preconceitos que envolvem as pessoas deficientes, não obstante a narrativa afirmarem o contrário. Tais preconceitos nas dimensões da educação básica e educação superior se dão não apenas veladas, mas muitas vezes explicitadas na dinâmica das atividades educativas. Professores surdos são rotineiramente colocados à parte de muitas atividades educativas por falta de intérpretes ou mesmo porque seus pares não têm domínio da Libras. Tal fato limita as ações dos professores surdos. Via de regra as instituições escolares, quer públicas quer privadas não dispõem dos meios necessários para melhorar a interação dos professores surdos nos respectivos ambientes. Essas particularidades e narrativas batem de frente com o que acreditamos constituir o conceito de território enquanto lugar onde tudo acontece e da própria territorialização enquanto processo de construção da dinâmica de vida.

Retomando as compreensões dos escritos dos autores em referência apresentamos a seguir as contribuições de cada abordagem para a nossa análise. Deste ângulo, a interpretação que trazemos de Milton Santos⁶⁰ (2017) sobre o que é território embora ele não trate da educação e nem dos Surdos, propriamente, mas é uma forma que encontramos de resgatar seus estudos para entendermos as contribuições de seu tempo sobre a presença dos surdos em diferentes territórios educacional/escolar. Como assinalou Milton Santos⁶¹ um mundo de fronteiras essencialmente móveis, um desfazer-se e fazer-se de outros limites, em que se juntam e separam coisas e homens, natureza e cultura.

Transferindo a fala de Milton Santos⁶², em aporte, para entendemos a realidade surda em época atual, vamos perceber que há um questionamento das demandas surdas ocorrendo, sob um ritmo antes insuspeitável, tanto para a compreensão da diversidade humana, as potencialidades e possibilidades da cidadania, como em reconhecimento para legitimidade da cultura e da identidade.

⁵⁹ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit.*, 2017b, p. 133

⁶⁰ SANTOS, Milton. *Op. Cit* 2017.

⁶¹ SANTOS, Milton. *Op. Cit* 2017

⁶² SANTOS, Milton. *Op. Cit* 2017

Nesse sentido, Milton Santos⁶³ reforça a ideia de que, no Brasil, jamais tivemos cidadãos, com cidadania plena, porque forças de desorganização se estabelecem com a rapidez com que se instala. Mas, entendemos que, com trabalho e luta, em sentimento de urgência, por meio da consciência do novo, e do sentimento de alerta permanente, as pessoas surdas podem desconstruir as heranças do passado que se fixaram nos territórios educacionais/escolares e se interpuseram como muralhas ideológica de segregação.

Milton Santos⁶⁴ (2019) enfatiza que, a política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, o que segundo ele, há, subentendia, uma necessidade de continuar existindo. Nesse sentido há ainda, o que ele vai chamar de desilusão das demandas não satisfeitas, ou seja, a dificuldade para entrar no labirinto porque falta-lhes o próprio sistema do mundo, do país e do lugar. Transladando as pessoas surdas para o lugar de pobre, apresentado na fala de Santos, confirmaremos o que se processa nos territórios educativos (ensino básico, ensino superior), os labirintos, por surdos e surdas perpassam/perpassaram, enquanto professores/educadores.

Para finalizarmos sobre a abordagem de território em Milton Santos⁶⁵ (2019), consideramos a nossa consciência de professores/educadores surdos, como a semente do entendimento, para superação das desilusões e “florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia”. Inconformidade com a situação de precarização estrutural/conjuntural de atendimento para com as pessoas surdas e rebeldia consubstanciada, de sentidos e significados. Isto é o que se pretende neste estudo, um caminho para a ressignificação de identidade territorial, que resulte em legitimidade de aceitação, enquanto categoria de trabalho.

Servimo-nos dos conceitos abordados por Cosia⁶⁶ e os utilizamos em analogia a situação experimentada pessoas surdas, para descortinarmos o que ocorreu com alunas e alunos surdos no processo escolar regular para entendermos o porquê de estarem em invisibilidade. Pudemos identificar que no deslocamento do Território Escolar (Especial, para o Inclusivo), a desterritorialização culturalista não se concretizou porque ela não estava evidente, no território anterior, nem se consolidou no lugar reterritorializado, pois, o enraizamento não ocorreu de forma simbólica ou em termos de afetividade.

Este deslocamento se processou em dois momentos: no primeiro houve desterritorialização (que significa a saída de um território para outro, ou seja, saída do Território Escolar Especial para o Inclusivo). Isso ocorreu porque não havia legítima

⁶³ SANTOS, Milton. *Op. Cit* 2017

⁶⁴ SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização: **Do pensamento único à consciência universal**. 29.ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

⁶⁵ SANTOS, Milton. *Op. Cit* , 2019.

⁶⁶ COSIA, Rogério Haesbaert da. *Op.cit*, 2017

identificação cultural/linguística, das pessoas surdas, no Especial, pois neste, a educação delas estava orientada sob a ótica da avaliação medicalizadora ouvintista. O surpreendente é que mesmo inseridos no Território Inclusivo, em processo de reterritorialização (que significa fixação em um novo território), também, não houve identificação cultural/linguística às pessoas surdas porque a prática pedagógica estava orientada sob o viés oralista/ouvintista. Conseqüentemente, não ocorreu reterritorialização, em aspectos cultural/linguístico, porque não se concretizou fixação e nem identificação, neste novo território.

Em Território Escolar Bilíngue de/para pessoas surdas, embora contradições e conflitos ainda se manifestem na prática institucional, vamos perceber que, neste ambiente, há um enraizamento cultural, linguístico e de identidade, em evidência. Por conseguinte, pertencimento e valorização da personificação de educadores e educadoras surdas, enquanto identidade.

Nesse sentido devemos considerar a escolar bilíngue para surdos e surdas como reconhecimento linguístico em entrelaçamento com a formação educacional e cultural de quem ensina. Assim, há possibilidade para garantir o currículo escolar, formação de professora(es) surdos e surdas em transversalidade disciplinar. É nesse engajamento que apresentamos o conceito de reterritorialização política e cultural porque isso é uma conquista auferida por meio da trajetória de luta, das pessoas surdas, empreendido pelos esforços conjugados.

Acreditamos, também, ser necessário ampliar a discussão sobre a territorialização de Escola Bilíngue para Surda(o) não como o lugar de origem em si, mas como processo histórico, social e cultural-linguístico que levou para esse debate e para trazer à tona a remodelação das instituições educacionais brasileiras. Assim, entendemos que a reterritorialização se faz pertinente em razão das manifestações de estudantes surda(o)s desejarem a presença de professora(e)s surda(o)s não só como referências, mas também como possibilidades para outras pessoas surdas galgarem a essa condição de trabalho.

O ingresso de estudantes surdos, no ensino superior além de ser um salto significativo serve, também, para extirpar a mentalidade conservadora/excludente de que pessoas surdas não servem para cursar áreas de licenciatura ou qualquer outra área de formação, para melhorar a prática educativa. Também, pela lógica do mercado de trabalho, não são apropriados ao exercício da graduação,

A própria presentificação em processo estudantil, valores em conhecimento no ensino superior, como ato de reterritorialização, significa um fazer política nesse novo território e pela diversidade. Entretanto, uma vez que essa presentificação não se

manifesta em conjunto no processo de compartilhamento linguístico para a formação, surge daí um grande desafio e embate.

Os diversos itinerários escolares pelos quais transitaram a(o)s estudantes surd(o)s, no que pese as dificuldades enfrentadas, permitiram absorver experiências diversas, nos aspectos cultural-políticos-social em consonância com a história do seu próprio tempo e de acordo com o território de instrumentalização linguística ofertado. Assim, identificando o processo de território e territorialização educacionais de estudantes surdos e surdas é que, posteriormente, fará sentido aprofundarmos o itinerário de professora(a)es surda(o)s em processo e também em presentificação nos territórios e territorialização.

CONCLUSÃO

No artigo não existe conclusão no sentido de se fechar em si mesma, mas um conclamar para a compreensão e superações de contradições, de modo dialético: das ilusões em relação a um ensino que seja legítimo com a presentificação de professora(e)s surdos em contextos linguísticos educativos para a valorização de seu trabalho, de modo a avançar, para além do desequilíbrio político, econômico e social.

A(o)s professora(e)s surdos eram e muitas vezes, ainda são, tratados no sistema de educação enquanto meros indivíduos pela manutenção da mentalidade social de modo a justificar as reivindicações culturais e linguísticas. Portanto, houve a necessidade de se ampliar a discussão por meio de concepções teóricas, para ir além das limitações, interpostas. Como dito na análise, ainda predominam os preconceitos que envolvem as pessoas deficientes, dentre elas surdas, não obstante a narrativa afirmarem o contrário. Tais preconceitos nas dimensões da educação básica e educação superior se dão não apenas veladas, mas muitas vezes explicitadas na dinâmica das atividades educativas. Daí que reivindicamos, professora(e)s surda(o)s de modo que não sirva como modulações, mas que em constatação vá ganhando espaços para a legitimidade educativa pelo trabalho no processo e contextos de ensino. Assim, é preciso reinventar ilusões que possibilitem ensino-aprendizagem, com qualidade, para todos. Nessa direção, necessitamos de olhares refinados em consonância com os aspectos linguísticos pedagógicos de sujeitos surdos, em processo de socialização de conhecimentos.

Recebido em 18 de setembro de 2023
Aceito em 21 de novembro de 2023